

**Presidência****PORTARIA Nº 272, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Institui Grupo de Trabalho para contribuir com a modernização e efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de execução e cumprimento de sentença, excluídas as execuções fiscais.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a missão institucional do Conselho Nacional de Justiça de planejar e coordenar a atuação administrativa do Poder Judiciário, visando ao aprimoramento da eficiência dos processos judiciais;

**CONSIDERANDO** que o art. 4º do Código de Processo Civil estabelece que as partes têm o direito de obter, em prazo razoável, a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa;

**CONSIDERANDO** que os gargalos da execução são apontados pelo Relatório Justiça em Números 2020 como um dos obstáculos à melhoria da gestão judiciária, impactando os segmentos da Justiça Estadual, Federal e Trabalhista;

**CONSIDERANDO** a necessidade de diagnóstico sobre os obstáculos à efetividade da execução civil, de automatização das etapas procedimentais e de garantir maior eficiência com a satisfação integral do exequente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho para diagnosticar, avaliar e apresentar medidas voltadas à modernização e à efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de execução e cumprimento de sentença, excluídas as execuções fiscais.

Art. 2º Integram o Grupo de Trabalho:

- I – Rubens de Mendonça Canuto Neto, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça;
- II – Candice Lavocat Galvão Jobim, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça;
- III – Marco Aurélio Bellizze, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- IV – Marcus Lívio Gomes, Secretário Especial de Programas Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça;
- V – Trícia Navarro Xavier Cabral, Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça;
- VI – Dorotheo Barbosa Neto, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça;
- VII – Aluísio Gonçalves de Castro Mendes, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- VIII – Theophilo Antonio Miguel Filho, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- IX – Teresa Arruda Alvim, Advogada;
- X – José Roberto dos Santos Bedaque, Advogado;
- XI – Paulo Henrique dos Santos Lucon, Advogado;
- XII – Heitor Vitor Mendonça Sica, Advogado;
- XIII – Marcelo Abelha Rodrigues, Advogado;
- XIV – Márcio Carvalho Faria, Advogado;
- XV – José Augusto Garcia de Souza, Defensor Público no Rio de Janeiro;
- XVI – Flávia Pereira Hill, Oficial Titular.

§ 1º A coordenação do Grupo de Trabalho ficará a cargo do Ministro Marco Aurélio Bellizze, do Superior Tribunal de Justiça.

§ 2º O Grupo de Trabalho poderá contar com o auxílio de autoridades ou especialistas de entidades públicas e privadas, com atuação em área correlata.

Art. 3º São atribuições do Grupo de Trabalho:

I – apresentar cronograma de execução das atividades;

II – realizar estudos e diagnósticos sobre os obstáculos à efetividade da execução civil;

III – identificar a viabilidade de automatização de atos e etapas processuais;

IV – acompanhar propostas legislativas de alteração da execução civil;

V – identificar e monitorar formas de redução de acervo;

VI – propor a realização de audiências públicas, consultas públicas, palestras ou seminários com representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil, especialistas e operadores do Direito para colher subsídios e aprofundar estudos;

VII – sugerir a realização de eventos e atividades de capacitação de magistrados atuantes em execuções civis, inclusive na modalidade a distância;

VIII – apresentar propostas de recomendações, provimentos, instruções, orientações e outros atos normativos destinados ao aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário;

IX – monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados, inclusive as boas práticas que contribuam para o aprimoramento da prestação jurisdicional;

X – apresentar relatório final das atividades desempenhadas.

Art. 4º O Grupo contará com o apoio da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça no desempenho de suas atribuições e na execução de suas deliberações.

Art. 5º Os encontros do Grupo de Trabalho ocorrerão, prioritariamente, por meio virtual.

Art. 6º O Grupo de Trabalho encerrará suas atividades em um ano, a contar da data de publicação desta Portaria, com a apresentação de propostas e relatório final.

Parágrafo único. O prazo previsto no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado, mediante justificativa da coordenação do Grupo de Trabalho.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro LUIZ FUX

## Secretaria Geral

## Secretaria Processual

## PJE

## INTIMAÇÃO

**N. 0008460-05.2020.2.00.0000 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS** - A: RONALDO CUSTODIO. Adv(s): Nao Consta Advogado. R: RENATA BIAGIONI. Adv(s): Nao Consta Advogado. Conselho Nacional de Justiça Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0008460-05.2020.2.00.0000 Requerente: RONALDO CUSTODIO Requerido: JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE MARÍLIA - SP REPRESENTAÇÃO DISCIPLINAR. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS. PROGRESSÃO DE REGIME. QUESTÃO EMINENTEMENTE JURISDICIONAL. ARQUIVAMENTO SUMÁRIO. DECISÃO Trata-se de representação formulada por RONALDO CUSTODIO em desfavor do JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE MARÍLIA (SP), do qual é Titular a Juíza de Direito Renata Biagioni. O requerente alega, em síntese, que a reclamada estaria cometendo abuso de autoridade, ao negar a progressão de regime, uma vez que ele não seria reincidente em crime hediondo. Expõe que haveria erro no cálculo fracionário de sua pena, sendo que, em tese, a fração mais gravosa somente deveria ser aplicada quanto à sanção correspondente ao crime hediondo de latrocínio, enquanto a fração mais branda ao acréscimo decorrente do concurso formal advindo de 6 (seis) crimes de roubo duplamente qualificados. Requer apuração dos fatos narrados, a instauração de processo administrativo disciplinar para aplicação da sanção disciplinar cabível e, "no tocante ao mandamus, se for de direito, [...] que por poder de ofício seja deferido o pleito, como forma de sanar o constrangimento ilegal apontado" (ID 4142720, p.11). É o relatório. O expediente deve ser arquivado sumariamente. Após a análise dos fatos narrados neste expediente, nota-se que a irrisignação se refere a exame de matéria eminentemente jurisdicional. Em tais casos, deve a parte valer-se dos meios processuais adequados, não cabendo a intervenção do Conselho Nacional de Justiça. Primeiramente porque, após busca realizada no Portal de Serviços e-SAJ, disponibilizado no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verifica-se a perda do objeto do presente pedido de providências no que tange ao suposto erro no cálculo fracionário de sua pena. Isso, pois, ao consultar os autos do processo n. 1009561-71.2020.8.26.03441, verifica-se que a magistrada proferiu, em 6 de novembro de 2020, despacho de seguinte teor: Analisando o cálculo anterior (fl. 16), verifica-se que as penas da GR 04 estavam somadas (46 anos e 08 meses de pena por delito hediondo). Porém, no último cálculo (fl. 82/85), houve a separação das penas, de modo que agora são 27 anos, 02 meses e 20 dias de pena por delito hediondo e 13 anos, 07 meses e 10 dias por delito comum. Sendo assim,